

Criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho divide os parceiros sociais

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

“Parece absurdo dispor de uma Autoridade Bancária para controlar a aplicação das normas bancárias, mas não de uma Autoridade Comum do Trabalho para garantir a equidade no nosso mercado único”, disse Jean-Claude Juncker a 13 de setembro em Estrasburgo. Tanto mais porque, de acordo com os dados da Comissão Europeia, atualmente, 16 milhões de europeus vivem e trabalham num Estado-membro diferente daquele onde nasceram, “o que representa o dobro [das pessoas] de há 10 anos”.

Por outro lado, diariamente, “1,7 milhões de europeus deslocam-se para outro Estado-membro para trabalhar”, sendo que, todos os anos, “centenas de milhões de pessoas viajam por toda a Europa por motivos familiares, profissionais ou por turismo”. Em face disto, diz a Comissão que “os cidadãos e as empresas têm necessidade de aceder com facilidade à informação e conhecer cabalmente direitos e oportunidades no seu país de origem e no estrangeiro”. E que “a colaboração entre as autoridades nacionais tem de ser estabelecida sem discontinuidades”.

Ministério do Trabalho desconhece detalhes

“A criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho foi avançada pelo Presidente da Comissão Europeia durante o seu discurso do Estado da União, não sendo ainda conhecida em detalhe a proposta, os seus objetivos e concretização”, começou por explicar à “Vida Económica” fonte oficial do *Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social* (MTSSS).

A mesma fonte refere, entretanto, que “Portugal é favorável a todos os mecanismos de cooperação e troca de experiências entre Estados-membros” e que “é nesse quadro que se têm desenvolvido todas as estruturas relacionadas com a área/dimensão do trabalho e da organização do trabalho”. No entanto, sem manifestar uma opinião favorável ou desfavorável, o Ministério tutelado por Vieira da Silva limita-se a dizer que “Portugal está particularmente atento ao princípio da subsidiariedade, tendo em atenção as diferentes características e especificidades do mercado de trabalho dos diferentes Estados-membros”.

CIP está contra a nova Autoridade Europeia do Trabalho

A Vida Económica também perguntou à CIP – Confederação Empresarial de Portugal se tem conhecimento formal da proposta da Comissão Europeia de criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho. Gregório Novo, dirigente e jurista da Confederação, explica que a CIP tomou conhecimento da proposta da Comissão Europeia “através do discurso do seu presidente sobre o Estado da União 2017”, a 13 de setembro. “Em momento algum, nos diversos fóruns, nacionais e europeus, em que a Confederação está presente, tal questão foi abordada ou sequer indiciada”, garante o mesmo dirigente.

Ainda assim, qual é a posição da CIP sobre a possível criação de uma entidade desta

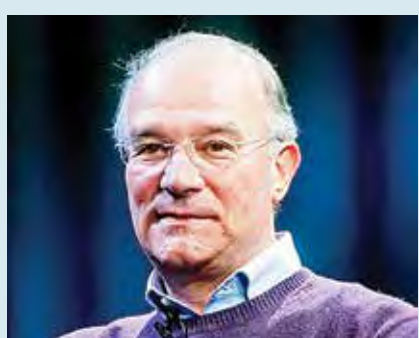
natureza?, perguntou a “Vida Económica”, questionado se a mesma faz sentido e quem deve ter assento nesta Autoridade. E a resposta de Gregório Novo em nome da CIP



Gregório Novo
dirigente e jurista da CIP

foi taxativa: “na perspectiva da CIP, a proposta do senhor presidente da Comissão Europeia não faz sentido”. De facto, diz o mesmo responsável, “a criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho parte do pressuposto que existe uma harmonização dos mercados de trabalho europeus, o que não acontece”. Além de que, “como se sabe e reconhece, os diferentes Estados-membros que compõem a União Europeia apresentam realidades e especificidades muitos diferentes, as quais devem ser salvaguardadas”.

Assim na perspectiva da CIP, “a intervenção da União Europeia apenas deve ter lugar ou cingir-se a situações em que a sua



Arménio Carlos
secretário-geral da CGTP

intervenção apresenta claras mais-valias face a ações individuais dos Estados-membros, o que acontece, por exemplo, ao nível do mercado único, da moeda única ou da segurança”. Por outras palavras, “a CIP, no domínio em apreço defende a aplicação e respeito do princípio da subsidiariedade”.

Por outro lado, “relativamente à cooperação entre as diferentes autoridades inspetivas no âmbito da mobilidade laboral é de sublinhar, por exemplo, que a Diretiva 2014/67/EU, de 15 de maio, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços (a denominada Diretiva de execução), cujo objetivo é reforçar a aplicação prática das regras em matéria de destacamento de trabalhadores, abrangendo questões relacionadas com práticas abusivas e evasão às regras aplicáveis e o intercâmbio de informações entre os Estados-Membros, contempla várias medidas tendentes ao reforço da cooperação entre as

autoridades nacionais dos diferentes Estados”, explica Gregório Novo. E, assim, “em função do exposto, a CIP não subscreve a visão e proposta apresentada pela Comissão Europeia”.

Proposta da Comissão “merece a nossa concordância”, diz a UGT

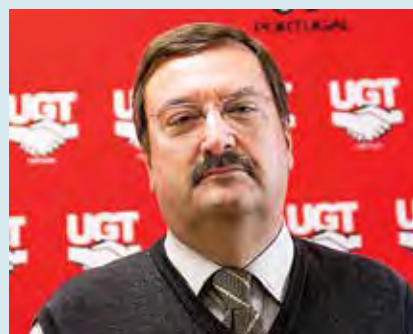
A UGT foi igualmente questionada pela “Vida Económica” sobre se tinha conhecimento desta proposta da Comissão Europeia. Carlos Silva, secretário-geral, garante que “a UGT não tem conhecimento desta proposta da Comissão Europeia, pelo menos formalmente, apesar de em vários momentos o presidente Juncker já ter abordado o assunto, embora inserido num conjunto global de várias propostas que suscitou aos



José Vieira da Silva
ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

órgãos comunitários para reflexão e análise sobre o futuro da Europa”. Daí que, “nada tenha sido abordado em concreto” com a central sindical.

Igualmente perguntado sobre qual é a posição da UGT sobre a possível criação de uma entidade desta natureza, se a mesma faz sentido e quem deve ter assento nesta Autoridade, Carlos Silva revela: “a UGT tem defendido, não apenas nos documentos aprovados no seu XIII Congresso realizado no Porto em março de 2017, mas em outros momentos e intervenções produzidas ao longo dos últimos anos, a necessidade de dotar a ACT de mais recursos humanos e



Carlos Silva
secretário-geral da UGT

financeiros, de forma a poder desempenhar as funções que lhe estão cometidas, designadamente as ações inspetivas a empresas, o cumprimento das regras da contratação colectiva e do código do trabalho”.

A verdade, diz o secretário-geral da UGT, é que tem havido um “constante es-

vaziamento desses recursos ao longo dos anos 2011-15, com a profunda austeridade que se abateu sobre o país” e que “levou ao emagrecimento e cortes cegos de organismos da administração pública, ao qual a ACT não foi alheia”. Isto, apesar de o atual Governo decidir “avançar para a contratação de novos inspetores, por forma a colmatar as lacunas evidenciadas no funcionamento da ACT”.

Ora, diz o secretário-geral da UGT que “a proposta que a CE vem apresentar, ainda que em modo de ‘intenção’, merece a nossa concordância, pois a constante mobilidade de trabalhadores entre os vários Estados da UE, a diferenciação de regras nas várias legislações laborais nacionais e a sua monitorização pelas autoridades inspetivas devem merecer uma maior articulação entre os diversos Estados”.

Daí que a possível criação de uma entidade europeia a esse nível “poderia, a nosso ver, e com a introdução de regras europeias de fiscalização e acompanhamento das condições de trabalho no espaço da EU, ser uma ferramenta de enorme e relevante alcance na deteção e combate a abusos na utilização de mão-de-obra emigrante nos diferentes países de destino”, diz o secretário-geral da UGT. Isto, se os recursos humanos e financeiros forem “disponibilizados de forma rigorosa e transparente, a fim de se obter a máxima eficiência na atuação dessa nova entidade”.

CGTP quer “políticas que potenciem o desenvolvimento económico”

Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP, revelou à “Vida Económica” que conhecem “genericamente” a proposta do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, de criar uma Autoridade Europeia do Trabalho. No entanto, diz, “até ao momento, este assunto não foi abordado formalmente com a CGTP-IN”.

Igualmente questionado sobre qual é a posição da CGTP sobre a possível criação de uma entidade desta natureza, se a mesma faz sentido e quem deve ter assento nesta Autoridade, Arménio Carlos recusa responder de forma direta. Limita-se a dizer que, para a central sindical, “antes da abordagem da criação da Autoridade Europeia do Trabalho é necessário fazer uma avaliação das causas que estão na origem do ‘dumping’ social, da pobreza laboral e da acentuação das desigualdades entre povos e países”.

O secretário-geral faz questão de frisar que, “em Portugal conhecemos bem o resultado da ‘receita’ da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do FMI”, pelo que “a saída para o problema não passa pela sobreposição dos interesses das multinacionais face aos direitos fundamentais dos trabalhadores, dos povos e a soberania dos países (como decorre do Acordo entre a UE com o Canadá), mas por uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores e promova a harmonização social no progresso”.

Assim sendo, “mais do que slogans, exige-se políticas que potenciem o desenvolvimento económico, social e humano, aprofundem os direitos políticos, laborais, sociais e culturais e assegurem uma efetiva cooperação entre países soberanos e iguais em direitos”, conclui Arménio Carlos.